

Campanha da Fraternidade 2019

O tema da Campanha da Fraternidade 2019 é: “Fraternidade e políticas públicas”.

O lema: “Serás libertado pelo direito e pela justiça” (Is 1,27).

Foram recebidas mais de 98 sugestões de temas para a Campanha da Fraternidade 2019. Os temas foram enviados por Dioceses, Regionais e também de Órgãos Governamentais (Polícia Rodoviária Federal e Ministério do Trabalho). De todos os temas que foram recebidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), apenas 7 deles foram escolhidos e foram para a votação. Os temas finalistas foram: **políticas públicas, trânsito, comunicação, família, educação, direitos humanos e fraternidade.**

Foi também realizado um debate, onde foram dialogados todos os prós e contras referentes aos 7 temas finalistas. Em seguida, foi realizado uma votação, e apenas os temas “Fraternidade e política públicas”, “Fraternidade: políticas públicas e direitos humanos” e “Trânsito: respeito à vida” receberam votos.

Após a votação, o tema mais votado foi “Fraternidade e políticas públicas”. Foi escolhido este tema, pois durante o diálogo ele recebeu diversos argumentos, onde acabou sendo decidido que as “políticas públicas” seria o tema ideal a ser trabalhado na CF 2019, pois abordava todas as outras propostas indicadas pelos membros.

Oração da Campanha da Fraternidade 2019

*Pai misericordioso e compassivo,
que governais o mundo com justiça e amor,
dai-nos um coração sábio para reconhecer a presença do vosso Reino
entre nós.*

*Em sua grande misericórdia, Jesus,
o Filho amado, habitando entre nós
testemunhou o vosso infinito amor
e anunciou o Evangelho da fraternidade e da paz.
Seu exemplo nos ensine a acolher
os pobres e marginalizados, nossos irmãos e irmãs
com políticas públicas justas,
e sejamos construtores de uma sociedade humana e solidária.
O divino Espírito acenda em nossa Igreja
a caridade sincera e o amor fraterno;
a honestidade e o direito resplandeçam em nossa sociedade
e sejamos verdadeiros cidadãos do “novo céu e da nova terra”
Amém!*

Músicas da Campanha da Fraternidade 2019

Algumas músicas da CF 2019.

- 01 – Hino da Campanha da Fraternidade 2018
- 02 – Como o Senhor vos perdoou (Celebrações penitenciais)
- 03 – Deus, Pai de misericórdia (Bênção quaresmal)
- 04 – Volta, meu povo, ao teu Senhor (Quarta-feira de Cinzas)
- 05 – Quando meu servo chamar (1º e 2º Domingos)
- 06 – Lembra, Senhor, o teu amor (3º e 5º Domingos)
- 07 – Alegra-te, Jerusalém (4º Domingo)
- 08 – Senhor, que na água e no Espírito (3ª fórmula)
- 09 – Glória a vós, Senhor Jesus! (Cinzas e dias da semana)
- 10 – Louvor a vós, ó Cristo (Domingos da Quaresma)
- 11 – Livra-nos, ó Senhor
- 12 – Escuta, Senhor, a voz do povo teu
- 13 – Agora o tempo se cumpriu (Quarta-feira de Cinzas)
- 14 – O homem não vive somente de pão (1º Domingo)
- 15 – Então, da nuvem luminosa (2º Domingo)
- 16 – Ao se aproximar a Páscoa (3º Domingo)
- 17 – Deus é rico em misericórdia (4º Domingo)

18 – *Se o grão de trigo não morrer (5º Domingo)*

19 – *Os filhos dos hebreus (Procissão I)*

Hino da Campanha da Fraternidade 2019

01 – “Eis que o Senhor fez conhecer a salvação

E revelou sua justiça às nações”.

Que, neste tempo quaresmal, nossa oração

Transforme a vida, nossos atos e ações.

Refrão:

Pelo direito e a Justiça libertados,

Povos, nações de tantas raças e culturas.

Por tua graça, ó Senhor, ressuscitados,

Somos em Cristo, hoje, novas criaturas.

02 – Foi no deserto que Jesus nos ensinou

A superar toda ganância e tentação.

Arrependei-vos, eis que o tempo já chegou.

tempo de Paz, Justiça e reconciliação.

03 – Em Jesus Cristo uma nova aliança

Quis o Senhor com o seu povo instaurar.

Um novo reino de justiça e esperança,

Fraternidade, onde todos têm lugar.

04 – Ser um profeta na atual sociedade,

Da ação política, com fé, participar

É o dom de Deus que faz, do amor, fraternidade,

E bem comum faz bem de todos se tornar!

Texto-base da CF 2019

Buscando estimular a participação em Políticas Públicas, à luz da Palavra de Deus e da Doutrina Social da Igreja para fortalecer a cidadania e o bem comum, sinais de fraternidade, a Campanha da Fraternidade 2019 terá início em todo o país no dia 6 de março. Com o tema “Fraternidade e Políticas Públicas” e o lema “Serás libertado pelo direito e pela Justiça”, a CF busca conhecer como são formuladas e aplicadas as Políticas Públicas estabelecidas pelo Estado brasileiro.

Como forma de despertar a consciência e incentivar a participação de todo cidadão na construção de Políticas Públicas em âmbito nacional, estadual e municipal, a Comissão Nacional da CF preparou o texto-base, que contou com a participação e contribuição de vários especialistas e pesquisadores, bem como com a consulta a lideranças de movimentos e entidades sociais. Dividido no método ver, julgar e agir, o subsídio aponta uma série de iniciativas que ajudarão a colocar em prática as propostas incentivadas pela Campanha.

Como exemplo dessas ações, o texto-base além de contextualizar o que é o poder público, os tipos de poder e os condicionantes nas políticas públicas, fala sobre o papel dos atores sociais nas Políticas Públicas. A participação da sociedade no controle social das Políticas Públicas é outro tema de destaque no texto-base. “Política Pública não é somente a ação do governo, mas também a relação entre as instituições e os diversos atores, sejam individuais ou coletivos, envolvidos na solução de determinados problemas”, afirma o secretário-geral da CNBB, dom Leonardo Steiner.

Ainda segundo dom Leonardo, devem ser utilizados princípios, critérios e procedimentos que podem resultar em ações, projetos ou programas que garantam aos povos os direitos e deveres previstos na Constituição Federal e em outras leis. Por isso, segundo ele, a temática se fez necessária para a CF de 2019. “Políticas Públicas são as ações discutidas, aprovadas e programadas para que todos os cidadãos possam ter vida digna”, afirma dom Leonardo.

Além do texto-base, outros materiais foram produzidos para dar apoio nesta missão: círculos bíblicos, que trazem aprofundamento da Palavra de Deus; sugestão de celebração ecumênica, para reunir pastores e representantes de outras Igrejas na preparação desse evento; a Cartilha Fraternidade Viva, rodas de conversa com a perspectiva de aprofundar-se no tema e a vigília eucarística e celebração da misericórdia. Todos eles estão disponíveis no site da Editora da CNBB ([clique aqui](#)).

Cartaz CF 2019

Levando em consideração que as Políticas Públicas dizem respeito a toda a sociedade em suas várias dimensões, e que visam assegurar os direitos humanos mais elementares para que cada pessoa tenha condições de viver com dignidade, o autor do cartaz da CF 2019 padre Erivaldo Dantas, buscou ressaltar na arte, através de silhuetas, a presença de algumas categorias sociais que considera importante para a reflexão da Igreja e da sociedade.

A escolha da obra vencedora foi feita pelo Conselho Episcopal Pastoral (Consep) da CNBB, e devia obedecer especificações estipuladas no edital do concurso, entre as quais evidenciar o tema da CF 2019: “Fraternidade e Políticas Públicas” e o lema “Serás libertado pelo direito e pela justiça (Is 1,27)”.

“Desejo que a proposta para o Cartaz da CF possa representar o anseio da Igreja no Brasil de ajudar a sociedade a refletir e reconhecer seus direitos, através das Políticas Públicas, ou, quem sabe, entender e discutir a necessidade da elaboração de novas políticas em consonância com as necessidades humanas da sociedade atual”, finaliza o padre.

Fonte: Site Menores Vocacionados de Deus e de Maria

Aspectos tema da CF 2019

O que são as políticas públicas?

Políticas públicas são ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis.

São medidas e programas criados pelos governos dedicados a garantir o bem estar da população.

Além desses direitos, outros que não estejam na lei podem vir a ser garantidos através de uma política pública. Isso pode acontecer com direitos que, com o passar do tempo, sejam identificados como uma necessidade da sociedade.

Quem cria e executa as políticas públicas?

O planejamento, a criação e a execução dessas políticas é feito em um trabalho em conjunto dos três Poderes que formam o Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário.

O Poder Legislativo ou o Executivo podem propor políticas públicas. O Legislativo cria as leis referentes a uma determinada política pública e o Executivo é o responsável pelo planejamento de ação e pela aplicação da medida. Já o Judiciário faz o controle da lei criada e confirma se ela é adequada para cumprir o objetivo.

Execução das políticas públicas

A execução das políticas públicas é tão importante para o bom funcionamento da sociedade que, desde 1989, existe a carreira de especialista em políticas públicas.

De acordo com a lei que criou esse cargo, o especialista em políticas públicas é o profissional especializado na formulação, planejamento e avaliação de resultados de políticas públicas.

As políticas públicas existem e são executadas em todas as esferas de governo do país, ou seja, há ações em nível federal, estadual e municipal.

Tipos de políticas públicas

Por serem programas relacionados com direitos que são garantidos aos cidadãos as políticas públicas existem em muitas áreas. São exemplos:

educação,
saúde,
trabalho,
lazer,
assistência social,
meio ambiente,
cultura,
moradia,
transporte...

Ciclo de políticas públicas

O conjunto de etapas pelas quais uma política pública passa até que seja colocada em prática é chamado de ciclo de políticas públicas. Conheça cada uma dessas fases:

01 – identificação do problema: fase de reconhecimento de situações ou problemas que precisam de uma solução ou melhora,

02 – formação da agenda: definição pelo governo de quais questões têm mais importância social ou urgência para serem tratadas,

03 – formulação de alternativas: fase de estudo, avaliação e escolha das medidas que podem ser úteis ou mais eficazes para ajudar na solução dos problemas,

04 – tomada de decisão: etapa em que são definidas quais as ações serão executadas. São levadas em conta análises técnicas e políticas sobre as consequências e a viabilidade das medidas,

05 – implementação: momento de ação, é quando as políticas públicas são colocadas em prática pelos governos,

06 – avaliação: depois que a medida é colocada em prática é preciso que se avalie a eficiência dos resultados alcançados e quais ajustes e melhoria podem ser necessários,

07 – extinção: é possível que depois de um período a política pública deixe de existir. Isso pode acontecer se o problema que deu origem a ela deixou de existir, se as ações não foram eficazes para a solução ou se o problema perdeu importância diante de outras necessidades mais relevantes, ainda que não tenha sido resolvido.

Políticas públicas no plano plurianual

As políticas públicas, depois de estudadas e formuladas, são incluídas no plano plurianual (PPA).

Esse plano, que é previsto no artigo 165 da Constituição Federal, define quais são as metas e objetivos que devem ser cumpridos pelos governos em 4 anos.

Como participar da escolha das políticas públicas

Para que as políticas públicas possam atender as principais necessidades da sociedade é importante que os cidadãos também participem do processo de escolha dando a sua opinião.

Isso pode acontecer de diferentes maneiras, dependendo da esfera de governo.

O governo federal possibilita a participação através de consultas feitas com a população. Para ver a lista completa das consultas abertas acesse o site do Portal Brasil.

Outra maneira de colaborar é através do site Mudamos.org. Você pode enviar uma proposta para um projeto de lei ou dar o seu voto nos projetos já enviados.

Nos estados e nos municípios a informação sobre as formas de participação, como o orçamento participativo, pode ser obtida nas secretarias de governo ou secretarias de políticas públicas do estado ou da prefeitura da sua cidade. Essa informação também pode ser encontrada no Portal da Transparência.

A Lei da Transparência (lei complementar nº 131/09) estabeleceu que a participação do cidadão na formulação das políticas públicas deve ser incentivada pelos governos.

Fonte: <https://portalkairos.org/campanha-da-fraternidade-2019/#ixzz5a03Szetj>

CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2019

O Objetivo Geral da Campanha deste ano de 2019 é: “Estimular a participação em Políticas Públicas, à luz da Palavra de Deus e da Doutrina Social da Igreja para fortalecer a cidadania e o bem comum, sinais de fraternidade”.

Os objetivos específicos são:

- Conhecer como são formuladas e aplicadas as Políticas Públicas estabelecidas pelo Estado Brasileiro;
- Exigir ética na formulação e na concretização das Políticas Públicas;
- Despertar a consciência e incentivar a participação de todo cidadão na construção de Políticas Públicas em âmbito nacional, estadual e municipal;
- Propor Políticas Públicas que assegurem os direitos sociais aos mais frágeis e vulneráveis;
- Trabalhar para que as Políticas Públicas eficazes de governo se consolidem como políticas de Estado;
- Promover a formação política dos membros de nossa Igreja, especialmente dos jovens, em vista do exercício da cidadania;
- Suscitar cristãos católicos comprometidos na política como testemunho concreto da fé”.

O Texto-Base define Políticas

Públicas como “ações e programas que são desenvolvidos pelo estado para garantir e colocar em prática, direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis”. Como sempre a Campanha da Fraternidade usa a metodologia “Ver, Julgar e Agir” depois tirando algumas conclusões. Na parte da metodologia intitulada “Ver”, o Texto-Base, entre outras coisas afirma que: “A Constituição de 1988 possibilitou a participação direta da sociedade na elaboração e implementação de Políticas Públicas através dos conselhos deliberativos, que foram propostos por leis complementares em quatro áreas: Criança e Adolescente; b) Saúde; c) Assistência Social e d) Educação.

O “Julgar” é subdividido em três partes:

- a) Referências no Antigo Testamento;

b) Referências no Novo Testamento; e

c) A contribuição da Doutrina Social da Igreja para Políticas Públicas hoje. A parte tratada no “Agir” é muito rica.

Trata-se da superação da dualidade no campo da fé e da política. Explica como deve ser a participação da sociedade e os valores fundamentais em Políticas Públicas. Neste setor há um capítulo titulado “Educar para o humanismo solidário”.

A Campanha recorda aqui a Carta Encíclica “Populorum Progressio” do papa São Paulo VI e uma famosa frase “ninguém pode, a priori, sentir-se seguro em um mundo em que há sofrimento e miséria”. Neste setor, trata-se das palavras do papa Francisco que propôs a toda Igreja a Jornada Mundial do Pobre para que as comunidades cristãs se tornem, em todo o mundo, cada vez mais um sinal concreto do amor de Cristo pelos últimos e os mais pobres.

O Texto-base termina indicando quem são os sujeitos destinatários dessas ações; são pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; trabalhadores sem-teto; mulheres e homens encarcerados; vítimas de violência; catadores (as) de materiais recicláveis etc.

Pe. Brendan Coleman Mc Donald – Redentorista

Fonte: Blog da Sagrada Família

Campanha da Fraternidade 2019: Continua o Ano do Laicato? Daniel Seidel

“No cenário brasileiro de 2019 será preciso ainda mais ser “Igreja em saída”

“promover a cultura do encontro e de diálogos, aprofundar os valores e princípios do Ensino



Social da Igreja; dedicar-se mais a processos do que ocupar cargos reconhecer a participação das mulheres na Igreja e na sociedade, superando as atitudes de violência e preconceito contra elas; construir unidade em nossa ação coletiva que supere os conflitos; considerar a realidade concreta das pessoas e comunidades acima das ideologias e agir no local dentro de uma estratégia global.”

A culminância do Ano Nacional do Laicato, promovido pela CNBB, ocorreu no dia 25 de novembro último, em Aparecida (SP), com a realização da Assembleia dos Organismos do Povo de Deus. Ela reforça a corresponsabilidade e a sinodalidade entre cristãos leigos e leigas, religiosas e religiosos, laicato consagrado, diáconos, presbíteros e bispos, que toda a Igreja deve ter em sua missão de revelar o Reino de Deus por meio de sua ação. Também foi realizada a Romaria do Laicato no Santuário Nacional de Aparecida e em outros santuários brasileiros, celebrando a caminhada realizada e o dia consagrado aos cristãos leigos e leigas, que se comemora na Solenidade de Cristo Rei.

Ao longo do ano foram realizados estudos do Documento 105 da CNBB, “Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade”, que foi o “texto-base” do Ano Nacional do Laicato.

Ele desperta a Igreja toda para o necessário protagonismo do laicato na evangelização, por meio do testemunho cotidiano, da competência profissional, da participação em espaços eclesiais como as pastorais sociais, e da ação coletiva organizada na sociedade. Mereceu destaque o forte chamado da presença cristã nos areópagos modernos: família; mundo do trabalho; política; economia; meio-ambiente; cultura e educação e comunicação, entre outros lugares desafiadores. A atuação no âmbito das políticas públicas foi apontada como um dos areópagos prioritários para atuação das mulheres e homens batizados na fé cristã.



Assim afirma o referido documento em seu número 265:

“Nos Conselhos de Direitos há um grande espaço para os cristãos leigos e leigas se empenharem por políticas públicas em favor da saúde e da educação, do emprego e da segurança, da mobilidade urbana e do lazer, entre outras urgências. São espaços para defender políticas públicas em favor das famílias, das crianças, dos jovens, das mulheres e dos idosos. São também o lugar para lutar corajosamente contra a corrupção e o narcotráfico, dois grandes males que afetam a vida de nosso povo. ‘Incentive-se, para tanto, a participação, ativa e consciente, nos Conselhos de Direitos e o empenho generoso na busca de políticas públicas que ofereçam as condições necessárias ao bem-estar de pessoas, famílias e povos,’ (Doc 105 – CNBB, p.133)

A Campanha da Fraternidade de 2019 (CF/2019) sobre “Fraternidade e Políticas Públicas” dará continuidade e profundidade a um dos legados prioritários do Ano Nacional do Laicato. Destarte a participação “ativa e consciente” de cristãos leigos e leigas, com apoio de toda a Igreja e convidando à participação ecumênica, é incentivada e apoiada como forma de presença dos cristãos na sociedade, sempre considerando os princípios do Evangelho que orientam a ação transformadora nos espaços públicos.

Existe uma quantidade considerável de cristãos leigos e leigas que participam, seja pela sociedade civil ou representando as esferas do estado brasileiro, enquanto servidores ou servidoras públicas, mas que nem sempre contam com espaços para refletir sobre sua práxis cristã nestes espaços ou, pelo menos, para compartilhar os desafios e construir sua intervenção nos Conselhos a partir de um debate coletivo. Acompanhar essas mulheres e homens de fé nestes espaços se constitui num dos principais desafios à ação evangelizadora da Igreja. Também se coloca o desafio de criar espaços de formação sistemática e continuada para que se tenha uma atuação com competência e iluminada pela fidelidade ao Evangelho de Jesus para os tempos de hoje.

Outro legado importante desse Ano foi a criação de novos conselhos do laicato em dioceses e Regionais da CNBB, e mais de duas dezenas de novas Escolas diocesanas de Fé e Política que fortalecem a rede que se organiza junto ao Centro Nacional de Fé e Política Dom Hélder Câmara – CEFEP. Novos conselhos e escolas de Fé e Política estimulam a participação e promovem formação para que a atuação dos cristãos leigos e leigas sejam coletivas e mais eficazes na defesa do financiamento das políticas públicas, hoje pressionadas pela EC nº 95/2016, que nos próximos 20 anos congela os investimentos pelo teto da inflação.

O profetismo do laicato se fez ecoar com as notas conjuntas que a CBJP, CNLB e CRB-Nacional, juntamente com outros organismos e pastorais sociais da CNBB e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC – lançaram durante o primeiro e segundo turnos das eleições 2018, e deverá continuar, considerando seu resultado nacional.

No cenário brasileiro de 2019 será preciso ainda mais ser “Igreja em saída”: promover a cultura do encontro e de diálogos, como os propostos para Jornada Mundial dos Pobres; aprofundar os valores e princípios do Ensino Social da Igreja; dedicar-se mais a processos do que ocupar cargos (tempo superior ao espaço); reconhecer a participação das mulheres na Igreja e na sociedade, superando as atitudes de violência e preconceito contra elas; construir unidade em nossa ação coletiva que supere os conflitos; considerar a realidade concreta das pessoas e comunidades acima das ideologias e agir no local dentro de uma estratégia global. São desafios que projetam a ação na busca de uma Ecologia Integral que valorize o protagonismo das juventudes, como estão ensinando os sínodos da Juventude e da Amazônia.

Outro instrumento de grande valor do Ano do Laicato são os círculos bíblicos sobre “Como fazer auditoria da Dívida Pública”. Eles ensinam a enfrentar o maior “desvio” de recursos públicos: a dívida pública que alimenta o sistema financeiro.

A esperança agora é elaborar os Planos Diocesanos de Formação do Laicato em três níveis: formação básica para todos os cristãos que participam; formação bíblico-teológica para lideranças; e formações específicas, como as Escolas de Fé e Política, para que a Igreja toda possa cumprir sua missão de ser “sal da terra e luz do mundo”.

A realização de um “ano temático” se revelou como uma estratégia eficaz, visto que gerou um dinamismo na Igreja que não termina com a sua culminância. Nesse espírito, a Campanha da Fraternidade de 2019, com o tema “fraternidade e políticas públicas”, dá sequência a um dos legados do Ano do Laicato que é a efetiva participação de cristãos leigos e leigas no controle social e em conselhos de direitos. Assim a CF/2019 não só dá continuidade ao Ano do Laicato, mas lhe dá também profundidade e consequência.

Brasília, 12 de dezembro de 2018

Daniel Seidel – Da Coordenação Nacional do MF&P:51 anos, é mestre em Ciência Política pela UnB – Universidade de Brasília, membro da Coordenação Nacional do Movimento Fé e Política, da CBJP e da Comissão Especial para o Ano do Laicato da CNBB. É assessor da REPAM-Brasil, foi secretário de estado na área da Assistência Social e Segurança Alimentar no DF e é especialista em Planejamento Estratégico em Políticas Públicas pela UNICAMP – Universidade de Campinas.
